

Os futuros administradores da Justiça do Trabalho do Paraná



Foi eleita a nova Administração do TRT-PR, para a gestão 2013-2015: desembargadores Fátima Teresinha Loro Ledra Machado (corregedora regional), Altino Pedrozo dos Santos (presidente) e Ana Carolina Zaina (vice-presidente)



Ordem do Mérito das Araucárias

No aniversário do TRT-PR, foi instituída a Ordem do Mérito das Araucárias, premiação destinada aos que se destacam na luta pela Justiça do Trabalho

PÁGINA 6

Estruturação da Justiça do Trabalho

Lançamento das pedras fundamentais das novas sedes das varas do trabalho de Palmas, Foz do Iguaçu, Porecatu e Bandeirantes.

PÁGINA 5



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diederichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Secretária do Tribunal Pleno

Orgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

*Gilberto Bonk, Lucas Oliveira, Luiz Munhoz,
Marcio Lopes e Nelson Copruchinski*

Estagiários:

*Carolina Pereira, Gabriela Emmerich, Hélio Hattori,
Lucas Karas, Luciana dos Santos e Tatyana Bassa*

Fotografia:

Inara Passos, Lucas Oliveira e Luiz Munhoz

Revisão:

*Gilberto Bonk, Luiz Munhoz,
e Nelson Copruchinski*

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

*700 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br*

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação Social
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Altino, Ana Carolina e Fátima: eleitos para conduzir o TRT do Paraná

O desembargador Altino Pedrozo dos Santos foi eleito, no dia 2 de outubro, para a presidência do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, no período de dezembro de 2013 a dezembro de 2015. Na ocasião, foram eleitas as desembargadoras Ana Carolina Zaina, para a vice-presidência, e Fátima Teresinha Loro Ledra Machado, para a corregedoria.



Desembargador Altino Pedrozo dos Santos, presidente eleito

Inara Passos

○ Altino Pedrozo dos Santos

Paulista de Tanabi, formou-se em Direito pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, de Marília, São Paulo.

É especialista em Direito pela Universidade de Castilla-La Mancha, na Espanha. Ingressou na magistratura em 1988.

Como juiz titular do trabalho atuou em Toledo, Londrina e Curitiba.

Em 1998 foi promovido, por merecimento, para o TRT-PR.

Foi juiz convocado pelo Tribunal Superior do Trabalho entre os anos de 2000 e 2002 e entre 2004 e 2006.

Foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na gestão 2007/2009.

Foi professor concursado de Prática de Processo Civil na Universidade Estadual de Londrina, de 1986 a 1990.

Atuou como advogado, de 1976 a 1988, assessor técnico e jurídico da Câmara Municipal de Goioerê, de 1977 a 1979, e assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãoópolis, de 1981 a 1988.

Foi condecorado pela “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, concedida pelo TST, “Ordem das Araucárias”, do TRT-PR, e “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha”, do TRT-MG.

É cidadão honorário das cidades de Londrina (PR) e Goioerê (PR). Foi condecorado com a “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, no grau de Comendador, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho; medalha comemorativa dos 61 anos da instalação da Justiça do Trabalho



Desembargadora Ana Carolina Zaina, vice-presidente eleita

Inara Passos

○ Ana Carolina Zaina

Curitibana, formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba.

É mestre pela mesma faculdade – hoje Unicuritiba.

Ingressou na magistratura em 1987.

Atuou como juíza substituta na capital e interior e, como juíza titular, em Cascavel e Curitiba.

Tomou posse como desembargadora do tribunal em março de 2001.

É vice-diretora da Escola Judicial e presidente da Comissão Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

É colaboradora da Faculdade de Direito de Curitiba e da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado, corregedora eleita

Inara Passos

○ Fátima T. Loro Ledra Machado

Natural de Cachoeira do Sul (RS), formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1986. No mesmo ano, entrou como técnica judiciária no Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina.

Ingressou na magistratura do TRT-PR em 1987.

Em setembro de 1989 foi promovida a juíza titular, atuando em Foz do Iguaçu, Londrina, Paranaguá e Curitiba.

Tomou posse como desembargadora no tribunal em março de 2001, pelo critério de antiguidade, com 37 anos de idade e 14 anos na Magistratura do Trabalho.

Desembargador Tobias de Macedo Filho recebe homenagens de Turmas no TRT



Luiz Munhoz

Desembargador Tobias de Macedo Filho (ao lado de sua esposa) recebe homenagem do TRT-PR e da Procuradoria do Trabalho

“Eu me afasto da Corte, mas meu coração não se afasta dos que trabalharam comigo”, declarou o desembargador Tobias de Macedo Filho, na última sessão que presidiu, na Sétima Turma, poucas semanas antes de se aposentar compulsoriamente. O magistrado ressaltou que todas as suas realizações se devem ao fato de sempre ter sido assessorado por pessoas competentes. Enalteceu ainda o trabalho da sua equipe de gabinete, citando por nome cada servidor.

Durante a sessão, todos os advogados cadastrados para sustentação oral fizeram questão de homenagear o desembargador.

Encerrados os trabalhos, os desembargadores que compõem a Sétima Turma discursaram em homenagem

ao decano. A presidente da Turma, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista ressaltou a personalidade forte e a franqueza que, a seu ver, marcaram a atuação do desembargador em sua trajetória no Tribunal.

Também discursaram os outros integrantes da Turma, desembargadores Ubirajara Carlos Mendes e Benedito Xavier da Silva, além do representante do Ministério Público, procurador regional do trabalho Itacir Luchtemberg

A sessão foi prestigiada pelo desembargador Altino Pedrozo dos Santos, recém-eleito presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Tobias de Macedo Filho também foi homenageado pelos integrantes da Sexta Turma, na sessão realizada no dia 26 de setembro.



Inara Passos

Integrantes da 6ª Turma rendem tributo ao desembargador Tobias de Macedo Filho

Pedra fundamental: compromisso público com a Justiça do Trabalho

Mais do que solenidades, os lançamentos das pedras fundamentais das obras das sedes da Justiça do Trabalho em Palmas, Foz do Iguaçu, Porecatu e Bandeirantes, neste mês de outubro, foram momentos de “compromissos construtivos”. Compromissos envolvendo agentes públicos para que o destino dos terrenos doados não sofra alterações a cada mudança de administração dos municípios, e, também, para que o propósito da construção – fortalecer a Justiça do Trabalho – fique marcado na memória das pessoas e nas gestões futuras.

Em cada cerimônia, estiveram presentes prefeitos, vereadores, deputados federais, representantes da OAB, do Ministério Público do Trabalho, das polícias Civil, Militar e Federal e do Governo do Estado, entre outros órgãos públicos. Em ato aberto e diante da população, ficou selado o compromisso de investir na estruturação das justiças trabalhistas locais, a curto-médio prazo, já com terrenos formalmente doados à União, com projetos definidos e previsões de orçamento.

As cápsulas do tempo, cimentadas em cada um dos terrenos, registraram formalmente este compromisso construtivo. “É registro do passado, ato presente e projeção de um futuro próximo”, disse a Presidente do TRT-PR, Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

Em Porecatu, a cápsula contemplou retificação do

projeto de lei de doação do terreno, nos moldes exigidos pela Secretaria do Patrimônio da União.

Deixar mensagens e registros para a posteridade, em cápsulas do tempo, é uma prática de pelo menos cinco mil anos, cujo valor torna-se diretamente proporcional à distância de seu lançamento, permitindo um resgate histórico da cultura e valores da época.

Os documentos colocados nas cápsulas – fotos, edição de jornal regional, relatos históricos e plantas arquitetônicas – serão recuperados em 2023 e ficarão em um acervo local.

A iniciativa está em linha com o projeto de preservação da memória da Justiça do Trabalho no Paraná e com as próprias diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

“As cápsulas do tempo alinham-se ao atual pensamento de preservação da memória, que só recentemente se percebeu tão caro no acervo público, em especial na Justiça do Trabalho. Mais uma vez nosso Regional sai na frente e desponta como um Tribunal de vanguarda na gestão do patrimônio público. Parabéns à atual gestão pela iniciativa, e que sirva de exemplo para todos aqueles que lidam com gestão documental”, avaliou o desembargador Cassio Colombo Filho, presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Guarda de Documentos (CPAGD) do TRT-PR.



Lançamento da pedra fundamental em Palmas



Lançamento da pedra fundamental em Foz do Iguaçu



Lançamento da pedra fundamental em Porecatu



Lançamento da pedra fundamental em Bandeirantes

Comenda das Araucárias reconhece os que lutam pela Justiça do Trabalho

No dia 19 de setembro, durante a solenidade de comemoração dos 37 anos do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foi instalada a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 9ª Região, denominada Ordem das Araucárias. Instituída pela Resolução Administrativa nº 19/2013, do Tribunal Pleno, a honraria é uma promoção cívica, cultural e de mérito destinada a distinguir e perpetuar a memória do labor de pessoas em prol do engrandecimento da Justiça do Trabalho.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, explicou que o tributo tem significado emblemático e evocativo de princípios. “É a partir da autoridade conferida a seus primeiros detentores que se estabelecerão, a partir de 2015 e a cada dois anos, as escolhas colegiadas das personalidades – agentes públicos, advogados, trabalhadores e empreendedores – que serão meritoriamente premiados com as respectivas condecorações”, esclareceu a magistrada.

○Tributo

Às vésperas da aposentadoria compulsória, por completar 70 anos em novembro, o decano do Tribunal, desembargador Tobias de Macedo Filho, foi homenageado durante a solenidade.

Magistrado há mais tempo em atividade na Justiça do Trabalho do país, Macedo Filho acumulou ao longo da carreira mais de 90 mil sessões de julgamento. Quando entrou no Tribunal, na data de sua criação, era o mais novo dos juízes, com 31 anos.

No tributo, foi destacada sua trajetória desde os tempos da advocacia (foi um dos primeiros advogados trabalhistas do Paraná) até seu ingresso no Tribunal, em 1976. Foram mais de 30 mil acórdãos relatados, lavrados e assinados pelo desembargador, “todos de boa qualidade”, ressaltou o advogado João Conceição e Silva, que



O decano Tobias e a presidente do TRT-PR Rosemarie

Inara Passos

discursou em homenagem ao decano. Segundo João Conceição, quando a matéria em debate era apenas de direito, o desembargador Tobias “esbanjou conhecimentos doutrinários. Quando envolvia apenas fatos, soube examiná-los com competência e objetividade”.

A desembargadora Ana Carolina Zaina lembrou da luta do homenageado pela ampliação do TRT do Paraná. Enquanto presidente do Tribunal, “Vossa Excelência valendo-se de seu prestígio pessoal expande a Corte em sua prestação jurisdicional aos mais distintos e distantes rincões do estado do Paraná. Para tanto, enfrenta com as determinantes armas da argumentação o peso da grande resistência das forças contrárias, advindas daqueles que, distanciados dos magnos ideais de pacificação social, que tanto notabilizam esta instituição, pretendiam sufocá-la em sua incipiente existência em nosso estado”. A magistrada lembrou que, ao final da gestão de Macedo Filho, todas as unidades de primeiro grau pelas quais lutou estavam instaladas, com a respectiva estrutura e apoio administrativo.



O vice-presidente Altino Pedrozo dos Santos, a presidente Rosemarie e o corregedor regional Dirceu Buys Pinto Junior

Inara Passos



Servidor Ubiracy Severo Franco de Godoy

Inara Passos



Inara Passos

Desembargadores do TRT-PR são os primeiros detentores da Comenda das Araucárias

O desembargador agradeceu o apoio de sua família ao longo da carreira. “Meus familiares sempre compreenderam minha dedicação a este Egrégio Tribunal e aceitaram minhas ausências necessárias em prol do trabalho”. Acrescentou que, se fosse possível, continuaria na função. “Por força de lei, sou obrigado a me despedir”, disse Macedo Filho. “Mas tenho a sensação do dever cumprido”, completou o desembargador, que permaneceu atuando no Tribunal 16 anos após adquirir o direito à aposentadoria.

○ 25 anos de TRT-PR

Outro destaque da celebração foi a homenagem a magistrados e servidores que completam, neste ano, 25 anos de serviços prestados ao Tribunal. Foram agracia-

dos com diplomas pelo reconhecimento por sua dedicação à Justiça do Trabalho os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos, Marco Antônio Vianna Mansur e Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu; e os servidores Célio Valentin Stoco, João Luiz Braz da Luz, Luiz Eduardo Hirata, Natalia Muzzolon e Washigton Aleixo Piazzeta.

Compuseram a mesa diretiva dos trabalhos a vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves, o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, procurador Ricardo Bruel da Silveira, a desembargadora Denise Krüger Pereira (representando o Tribunal de Justiça do Paraná), o presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 9ª Região, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, e o advogado João Conceição e Silva (representando a OAB/PR).



Inara Passos

Magistrados e servidores que completaram 25 anos do Tribunal em 2013

TRT-PR recebe exposição itinerante sobre 70 anos da CLT

Na primeira semana de outubro, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná recebeu a exposição itinerante "CLT 70 Anos de História", promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

A exposição, que já havia passado por cinco Regionais, trouxe materiais referentes à evolução da Justiça do Trabalho, como selos, medalhas, comendas, fotografias, jornais históricos e processos restaurados.

Ao abrir a mostra, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, destacou a importância da preservação da memória da CLT. Para a magistrada, "o transcurso de sete décadas da solidificação das normas trabalhistas é muito mais que uma efemeridade de celebração legislativa. É a



Registros históricos foram expostos no hall do Ed. Rio Branco



Presidente Rosemarie recebe selo comemorativo dos 70 anos da CLT, entregue por Rosemary de Almeida

justa reverência a um marco sociológico e antropológico, com repercussão na vida política, sindical e socioeconômica em nosso país".

O objetivo dos organizadores é levar a exposição a todos os tribunais regionais do trabalho do País. Para a curadora, Rosemary de Almeida, trata-se "da história da nossa evolução, a história da Justiça do Trabalho".

Depois dos discursos, a curadora da exposição fez a entrega de um exemplar do selo comemorativo dos 70 anos da CLT, lançado pelos Correios em parceria com o TST, à presidente do TRT do Paraná.

Memojutra: preservar a memória é dever constitucional

O Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra) se reuniu, nos dias 03 e 04 de outubro, na sede do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), onde foi promovido o Seminário de Gestão Documental, Memória e Ensino Jurídico.

O desembargador Cássio Colombo Filho, presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental do TRT-PR, falou da necessidade de se lançar "uma nova visão sobre os processos arquivados, culturalmente relegados ao abandono". O desembargador lembrou que guardar e preservar documentos arquivados, além de facultar acesso aos interessados, é dever constitucional e legal, e destacou ainda o respaldo que a administração do tribunal tem dado a este trabalho.

Sobre o Projeto Horizontes, o desembargador ressaltou que o objetivo principal é movimentar os processos arquivados provisoriamente, ao mesmo tempo em que se propicia o ensino jurídico, através de convênio com diversas faculdades de Direito.

Outro palestrante foi o desembargador Luís José de Jesus Ribeiro, presidente do Memojutra, e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Pará (8ª Região). Ele apresentou a palestra "Arquivo e Memória: a importância da preservação dos documentos eletrônicos". Ilustrando o tema com situações já vivenciadas, falou sobre os desafios a enfrentar neste campo, especialmente em face da implantação do processo judicial eletrônico.

III Semana Institucional da Magistratura



Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Sugumatsu, conselheiro do CNJ Ney José de Freitas e desembargadora Ana Carolina Zaina

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) realizou, de 16 a 19 de setembro, a III Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho. O evento foi organizado pela Escola Judicial.

Durante o encontro, desembargadores e juízes aprovaram uma moção unânime contra o Projeto de Lei 4.330/2004 que pretende ampliar a terceirização da mão de obra para todas as atividades de uma empresa. A moção foi encaminhada, por ofício, ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

O projeto de lei, na prática, permite que qualquer

atividade de uma empresa seja terceirizada, desde que a contratada tenha “especialização” na área, pondo fim ao entendimento de que atividades-fim não podem ser delegadas a subcontratados.

Uma sociedade com conflitos cada vez mais complexos exige magistrados que tomem tempo para “pensar estes conflitos, pensar os fatos e pensar as soluções”. E a III Semana Institucional do TRT-PR, encerrada no dia 19 de setembro, cumpriu este propósito, segundo a diretora da Escola Judicial, desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Sugumatsu.



Corregedor regional Dirceu Buyz Pinto Junior



Desembargadores Marlene Sugumatsu e Altino dos Santos

Desembargador Luis Celso Napp presidirá a Seção Especializada

Escolhido por aclamação em sessão realizada na segunda-feira, 7/10, o desembargador Luiz Celso Napp será o novo presidente da Seção Especializada do TRT do Paraná para o período de dezembro de 2013 a dezembro de 2015, substituindo o desembargador Célio Horst Waldraff.

Luiz Celso Napp é formado em Direito pela Universidade de Londrina. Entrou para os quadros da justiça do trabalho do Paraná em outubro de 1986 na

condição de servidor, depois de dez anos no exercício da advocacia. Aprovado em concurso no ano de 1987, atuou como juiz substituto na então 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba e, depois, em União da Vitória. Em 1988 assumiu a cadeira de Juiz Presidente em Umuarama. Veio para a Capital do Estado em 1991, atuando na 12ª Vara do Trabalho de Curitiba. Tomou posse no Tribunal em 25/05/1998 onde atualmente é o presidente da Quarta Turma.

TRT promove curso de gestão estratégica



Inara Passos

Integrantes da equipe da Sepege que organizou o curso

A Administração do TRT-PR promoveu um curso de gestão estratégica, entre os meses de julho e setembro. 900 servidores da capital e região metropolitana participaram das 20 horas de treinamento. Os módulos foram sequenciais e, quando finalizados, deu-se início ao módulo EAD (ensino a distância). A capacitação foi organizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege).

As turmas do encontro presencial contaram com a palestra do juiz auxiliar da presidência, Marlos Augusto Melek. Em suas apresentações, o magistrado abordou as três diretrizes básicas do atual Plano de Gestão do TRT-PR: garantia da duração razoável do processo, potencialização da efetividade dos provimentos judiciais e promoção da saúde ocupacional interna. Para o magistrado, “o planejamento deve olhar para o todo, sem

perder de vista os detalhes, para que nós possamos ver todas as nuances do trabalho no TRT”.

O diretor da Sepege, Eduardo Silveira Rocha, foi um dos palestrantes. Ele explicou que, em 2014, o planejamento será reformulado e os servidores serão ouvidos para atualização do plano. “Os servidores terão canal direto com a presidência do Tribunal”, assegurou Eduardo.

O mapa estratégico possui onze objetivos, dentre os quais a melhoria organizacional e qualidade de vida, a previsão de recursos tecnológicos para atendimento das demandas institucionais, o comprometimento de magistrados e servidores e o aperfeiçoamento dos canais de comunicação.

Mudanças no Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno (SCI) mudou sua perspectiva de atuação. Anteriormente, a SCI atuava em todas as fases de gestão do processo administrativo e, agora, trabalha na execução de atribuições específicas de auditoria interna. Essa mudança se deve às orientações dos Órgãos de Fiscalização Superiores, TCU, CNJ e CSJT. O Diretor da SCI, Mário Krüger, diz que a missão do setor é “realizar auditorias específicas, com base em planejamentos anuais e plurianuais. A nova forma de atuação propiciará implantar boas práticas e aperfeiçoar a gestão administrativa em benefício da sociedade que usufruirá do melhor desempenho do TRT-PR”.

Empresa é condenada por ignorar necessidades especiais de funcionário

Um estabelecimento bancário, em Curitiba, foi condenado a indenizar em R\$ 25 mil, a título de danos morais, um empregado cadeirante que tinha dificuldade em se locomover no trabalho.

As dificuldades começavam no próprio acesso ao local de trabalho, feito pela rampa do estacionamento, onde não havia entrada para pedestres. Para ir ao banheiro, ficou demonstrado no processo que “o autor deveria se deslocar do 3º andar, onde trabalhava, até o 4º andar, que era onde havia instalações adaptadas para seu uso”.

Para os desembargadores da Quarta Turma do TRT-PR, ficou “suficientemente demonstrado que o réu não fornecia instalações adequadas para os portadores de necessidades especiais, tanto no que tan-

ge ao acesso ao estabelecimento, quanto às instalações sanitárias próximas ao posto de trabalho”

“A inércia do réu em eliminar obstáculos que dificultavam o acesso do autor às suas instalações, assim como ao banheiro, caracteriza ato ilícito. Ainda, resulta notório o constrangimento a que se sujeitou o autor, posto que, além de contar com mobilidade reduzida, teve ainda que superar obstáculos adicionais decorrentes da inércia do réu. Neste caso, perfeitamente atendidos os requisitos ensejadores do dano moral”, diz o acórdão.

Redigiu o acórdão a desembargadora Márcia Domingues. Informações referentes a esse processo de número 24535-2012-014-09-00-1, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 4/10/2013 e do qual ainda cabe recurso, estão disponíveis no site www.trt9.jus.br.

Acessibilidade vai além do apoio às pessoas com deficiência

“Os chefes de estado decidiram priorizar a questão do desenvolvimento inclusivo, porque observaram que as pessoas com deficiência, de fato, não têm acesso a direitos humanos básicos como ir e vir, livre expressão, educação, trabalho e saúde”. A frase é do desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, ao comentar recente decisão da ONU que estabelece a acessibilidade de pessoas com deficiência como prerrogativa do desenvolvimento sustentável. O magistrado esteve nas Nações Unidas como observador, convidado pelo governo de São Paulo e credenciado pela Rede Latino-americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (RIADIS).

“A ONU decidiu que, para a agenda pós-2015, a ideia de sustentabilidade será estendida para a percepção de que o desenvolvimento deve ser acessível a todos. Não basta preservar o meio ambiente, natureza e cidades;

temos que assegurar, também, que o desenvolvimento seja acessível a todos”, disse Ricardo Tadeu, que é presidente da Comissão de Acessibilidade do TRT-PR.

O novo conceito alarga o que se entende por acessibilidade: “Trata-se de acessibilidade não só para pessoas com deficiência, mas para todos os grupos vulneráveis quanto à plena participação social”, explicou.

Para o desembargador, as políticas públicas de distribuição de renda trouxeram progressos nos últimos anos, mas há muito a fazer: “Ainda somos um país sumamente injusto na distribuição de direitos, não só pra pessoas com deficiência, mas pra qualquer pessoa que está economicamente desfavorecida, como idosos e os negros no Brasil, que são maioria e ainda estão em condição de desvantagem. Temos muito o que fazer, mas acho que a nossa jovem democracia tem se voltado para essa preocupação inclusiva e, se isso continuar nos próximos vinte anos, talvez a gente consiga ser um país justo.”

Campanha de conciliação chega aos ônibus e terminais de Curitiba

Durante o mês de outubro, cartazes da campanha “Conciliação Resolve”, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foram vistos em ônibus e terminais de Curitiba e Região Metropolitana. As peças foram afixadas em cerca de 2.500 pontos, localizados nos terminais e nas principais linhas de ônibus coletivos - alimentador, convencional, troncal, direta, interbairros, circular e metropolitana.

Potencialmente, os cartazes puderam ser vistos por um público de mais de 1,1 milhão de pessoas, que diariamente usa a Rede Integrada de Transportes.

O objetivo da campanha é divulgar os benefícios da conciliação, conscientizando partes e advogados a buscar um entendimento no processo, resultando em ganhos para todos os envolvidos. Também o Estado é beneficiado, para o qual o processo é demasiado custoso.

○ Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC)

Para incentivar que as partes conciliem, o TRT-PR dispõe do Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC), destinado a promover acordos de processos de 1º grau em fase de conhecimento, liquidação e execução nas va-



Cartazes foram vistos durante todo o mês de outubro

ras do trabalho, e também no 2º grau. São realizadas, em média, 20 audiências por dia no JAC – contato pelo telefone (41) 3310-7360 ou pelo e-mail jac@trt9.jus.br.

Também ocorrem tentativas de acordo na vice-presidência, em relação a processos que estão na fase de admissibilidade de recurso de revista. As audiências são realizadas no gabinete da vice-presidência.

